

# Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA  
(COM EDUARDA ESPOSITO)  
calexa1970@gmail.com

## Quatro papas

O papa Leão XIV é o quarto pontífice com quem o presidente Lula se encontra ao longo de sua trajetória política. Com João Paulo II, em 1980, o petista não havia chegado à Presidência, ainda era somente líder da esquerda brasileira. Em 2007, no segundo mandato presidencial, Lula teve uma audiência com Bento XVI. Houve, ainda, dois encontros com Francisco: o primeiro em 2020, meses após deixar a prisão em Curitiba; e o segundo, em 2023, já na terceira passagem no Planalto.

## Hora do troco

Caça às bruxas, retaliação, coerência partidária. Há vários nomes para qualificar as demissões de indicados políticos que têm ocorrido após o governo amargar a derrota com a MP 1.303 no Congresso. Segundo parlamentares aliados do Planalto, nada fazer seria beneficiar aqueles que recebem cargos, mas não apoiam o governo nas votações decisivas.

## Efeito das ruas

Em relação ao Parlamento, os governistas aguardam se as mudanças surtirão efeito nas pautas de interesse do governo. Não está descartada a estratégia de convocar novas manifestações com o discurso “Congresso inimigo do povo”.

## Dia D na Educação

Amanhã a Câmara dos Deputados promoverá o “Dia D” da Educação. A ideia é votar projetos importantes da área. O relatório do Plano Nacional da Educação (PNE) será apresentado hoje, e outras propostas devem ir a votação. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) avaliará, por exemplo, projetos sobre evasão escolar, além de vagas nos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Mais informações no Blog da Denise.

# Julgamentos no STF dão o tom para 2026

Enquanto Brasília fervilha com a expectativa em torno da indicação do substituto do ministro Luís Roberto Barroso, o Supremo Tribunal Federal (STF) define o rito para encerrar 2025 com uma punição categórica aos envolvidos na trama golpista. Após condenar Bolsonaro e o núcleo crucial a penas que vão de 16 a 27 anos de prisão, a 1ª Turma do STF começa a julgar hoje o núcleo 4, responsável por disseminar desinformação no processo eleitoral.

No início de dezembro, o colegiado dará o veredito para o núcleo 2. Formado por assessores com acesso ao Planalto, militares e autoridades policiais, o grupo, segundo a denúncia da Procuradoria-Geral da República, elaborou a

“minuta do golpe”, tinha como missão assassinar autoridades, no plano conhecido como Punhal Verde-Amarelo, e dificultou o percurso de eleitores da Região Nordeste às seções eleitorais em 2022.

Se os ministros repetirem as severas penas que têm sido aplicadas até aqui, o STF concluirá o ano com uma duríssima resposta ao grupo político que trabalhou para impor uma ruptura institucional na democracia brasileira. Inevitavelmente, a Corte dará uma sinalização muito clara para as eleições de 2026. Os candidatos da direita serão obrigados a assumir uma posição sobre os atos antidemocráticos: contestar o Supremo, ou propor uma “nova direita” para o Brasil em 2027.



Caio Gomez / CB/D.A Press

## TRAMA GOLPISTA

# STF começa a julgar núcleo 4

Grupo é formado por sete réus acusados de comandar esquema de desinformação para tentar desacreditar urnas em 2022

» ISRAEL MEDEIROS

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) inicia hoje o julgamento do núcleo 4 da trama golpista, que tem sete réus. Eles foram alvo de denúncia pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por espalhar desinformação para tentar minar a confiabilidade do sistema eletrônico de votação brasileiro em 2022 e por atacar instituições e autoridades, inclusive do próprio círculo militar.

Um dos réus do núcleo 4 é Ailton Moraes Barros, ex-major do Exército acusado de participar de ataques virtuais a integrantes das Forças Armadas que teriam se recusado a aderir à trama golpista. Na denúncia oferecida pelo Ministério Público, constam diálogos do militar com o general Braga Netto — que foi vice na chapa do ex-presidente Jair Bolsonaro e condenado em setembro no julgamento do núcleo 1. Nas conversas, Ailton é orientado pelo general a “inferniar a vida” de militares de alta patente que não aderiram ao plano.

O réu também foi orientado, segundo os registros reunidos pela Polícia Federal (PF), a pressionar o então comandante do Exército, general Freire Gomes. “Meu amigo, infelizmente tenho que dizer que a culpa pelo que está acontecendo e acontecerá é do general Freire Gomes. Omissão e indecisão não cabem a um combatente”, disse Braga Netto em um dos diálogos, de dezembro de 2022. “Vamos oferecer a cabeça dele aos leões”, respondeu Ailton Barros, ocasião.

Em seu depoimento ao STF em julho, o réu disse que não levou a sério os pedidos de Braga Netto e que não sabia de uma tentativa de golpe em andamento. “O entendimento que eu tive ali era de que era lamúria, choradeira de perdedor de campanha. Entendi naquele

momento como desabafo, porque eu não tinha todo o contexto que os senhores têm, que teve reunião, porque eu nunca fiz parte do governo”, disse.

A lista de réus nesta fase de julgamento também inclui: Ângelo Denicoli, major da reserva do Exército; Carlos Cesar Moretzsohn Rocha, presidente do Instituto Voto Legal; Giancarlo Rodrigues, subtenente do Exército; Guilherme Almeida, tenente-coronel do Exército; Marcelo Bormevet, agente da Polícia Federal; e o coronel do Exército Reginaldo Abreu. Todos respondem pelo crime de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, participação em organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

Este será o primeiro de quatro dias de julgamento. Também estão marcadas sessões para os dias 15, 21 e 22 de outubro. Assim como no processo envolvendo o núcleo 1, o julgamento começará com a leitura de um resumo por parte do ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, e seguirá com a manifestação da Procuradoria-Geral da República. As defesas dos réus, então, terão até 60 minutos para apresentarem seus argumentos antes do voto final dos ministros.

Encerrada a participação da defesa, Moraes será o primeiro a apresentar seu voto, com a análise dos fatos, das provas e dos argumentos, e se pronunciará pela condenação ou pela absolvição de cada réu. Em caso de condenação, as penas serão debatidas em seguida.

No caso do núcleo 1, cujo julgamento acabou no dia 11 de setembro, todos os oito réus foram condenados pela Primeira Turma, incluindo Bolsonaro. Já o julgamento do núcleo 3, com outros 10 réus, está marcado para começar no dia 11 e terminar no dia 19 de novembro.

Ed Alves/CB/D.A Press



Sessão de hoje começará com leitura de um resumo pelo relator do caso. Outras três já estão marcadas

# Moraes mantém prisão de Bolsonaro

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes negou ontem um pedido para revogar a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ele foi preso em 4 de agosto após descumprir medidas cautelares impostas por Moraes no inquérito que apura tentativas de interferência no Judiciário por parte do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP). Ao contrário de seu filho, que está nos Estados Unidos, o ex-presidente não foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) nesse inquérito. Esse foi o argumento apresentado pela defesa para pleitear o fim da prisão domiciliar.

A defesa de Bolsonaro, em 23 de

setembro, pediu também a revogação das cautelares, como o uso da tornozeleira eletrônica.

Em sua decisão, Moraes argumentou que a prisão e demais medidas são “necessárias e adequadas” para impedir que Bolsonaro interfira nas investigações contra seu filho e o blogueiro bolsonarista Paulo Figueiredo. Também citou que a condenação de Bolsonaro no inquérito do golpe de Estado, em setembro, pode motivar uma tentativa de fuga, como foi o caso de réus envolvidos no 8 de Janeiro que deixaram o país.

“O término do julgamento do mérito da presente ação penal 2668, com a condenação do réu Jair Messias Bolsonaro à pena privativa

de liberdade de 27 anos e 3 meses, em regime inicial fechado, e o fundado receio de fuga do réu, como vem ocorrendo reiteradamente em situações análogas nas condenações referentes ao dia 8 de Janeiro de 2023, autorizam a manutenção da prisão domiciliar e das cautelares para garantia efetiva da aplicação da lei penal e da decisão condenatória deste Supremo Tribunal Federal”, escreveu Moraes.

Em agosto deste ano, a PF encontrou, no celular do ex-presidente, um pedido de asilo político endereçado ao presidente da Argentina, Javier Milei. O dispositivo foi apreendido em uma operação contra Bolsonaro em julho. No documento, o ex-mandatário

## » Julgamento do núcleo 2 será em dezembro

Ontem, o presidente da Primeira Turma, ministro Flávio Dino, também marcou para o dia 9 de dezembro o início do julgamento do Núcleo 2 da tentativa de golpe de Estado, que possui, entre os réus, nomes como o ex-assessor Filipe Martins e o ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Silvinei Vasques. Há, ainda, outros quatro nomes no grupo. Foram reservadas sessões para os dias 10, 16 e 17 de dezembro.

alegava estar sendo perseguido politicamente. Segundo a PF, o pedido demonstra a intenção de deixar o país.

## Atendimento médico

Em outra decisão de ontem, no entanto, o ministro autorizou que o ex-presidente receba visitas médicas para tratar as crises de soluço que enfrenta. Ele poderá ser submetido a “qualquer tratamento médico” em sua casa e também a internações em casos de urgência. Precisarão, no entanto, comunicar os atendimentos ou internações ao tribunal em um prazo de 24 horas e apresentar comprovações das consultas ou internações. (IM)

## A hora das emendas

Nesta quinta-feira, o Congresso Nacional vai analisar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026. Trata-se de um debate vital entre Executivo e Legislativo. Em primeiro lugar, em razão das eleições. O relator do projeto da LDO, deputado Gervásio Maia (PSB-PB), definiu que o pagamento das emendas deve ocorrer até três meses antes das eleições. Além disso, o debate orçamentário ocorre em pleno contencioso entre o Supremo e Congresso sobre a liberação de recursos pelo Orçamento da União.

## Licença vital

Outro ponto importante, na quinta-feira, é a análise dos vetos presidenciais à Lei Geral do Licenciamento Ambiental. O Planalto vetou mais de 60 dispositivos no texto aprovado pelo Legislativo. Nem todos os vetos deverão ser derrubados. Parlamentares próximos ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, pretendem dar especial atenção à Licença Ambiental Especial (LAE), vetada pelo Planalto, mas reapresentada na Medida Provisória 1.308/2025, editada em agosto.

## Expectativa

Alcolumbre tem notório interesse na Licença Ambiental Especial, que pode encurtar o caminho para destravar a exploração de petróleo na Margem Equatorial, com impacto direto na economia do Amapá, base eleitoral do senador. Há duas semanas, após o Ibama aprovar uma etapa do empreendimento, o senador comemorou. “(Foi) mais de uma década para que esse sonho se tornasse realidade”, disse.

## Contra a devastação

Paralelamente à análise dos vetos, é grande a possibilidade de mais protestos contra o “PL da Devastação”. Setores de esquerda já alertam para a articulação de bancadas interessadas em flexibilizar a legislação ambiental.